



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10540.721515/2013-16  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 2401-004.908 – 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 08 de junho de 2017  
**Matéria** ITR  
**Recorrente** SILVANA ALMEIDA DA SILVA SILVEIRA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

Exercício: 2009

ITR. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. NORMAS PROCEDIMENTAIS. INTIMAÇÕES AO *DE CUJUS*. EXISTÊNCIA DE INVENTÁRIO. ERRO NA ELEIÇÃO DO SUJEITO PASSIVO. NULIDADE. VÍCIO MATERIAL.

Após aberto o processo de sucessão (inventário), este responde pelos atos do *de cuius*, o procedimento fiscal deve ser realizado em face dos sucessores ou da inventariante, nos termos do artigo 131 do CTN. Sendo as intimações realizadas em nome e endereçadas ao falecido, resta evidente afronta ao princípio da ampla defesa e contraditório, além de acarreta cerceamento do direito de defesa, devendo ser o lançamento declarado nulo por vício material.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, em conhecer do recurso. No mérito, por maioria, dar provimento ao recurso, para anular o lançamento por vício material. Vencida a conselheira Miriam Denise Xavier Lazarini.

(assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier Lazarini - Presidente

(assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Miriam Denise Xavier Lazarini, Cleberson Alex Friess, Carlos Alexandre Tortato, Denny Medeiros da Silveira, Andrea Viana Arrais Egypto, Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez e Rayd Santana Ferreira. Ausente a Conselheira Luciana Matos Pereira Barbosa.

## Relatório

SILVANA ALMEIDA DA SILVA SILVEIRA, contribuinte, pessoa física, já qualificada nos auto do processo em referência, recorre a este Conselho da decisão da 1ª Turma da DRJ em Campo Grande/MS, Acórdão nº 04-37.004/2014, às e-fls. 61/65, que julgou procedente o lançamento fiscal, referente ao Imposto sobre a Propriedade Rural - ITR, em relação ao exercício 2009, conforme Notificação de Lançamento, às e-fls. 03/08, e demais documentos que instruem o processo.

Trata-se de Notificação de Lançamento, lavrado em 21/10/2013 (AR. fl. 39), nos moldes da legislação de regência, contra a contribuinte acima identificada, constituindo-se crédito tributário no valor consignado na folha de rosto da autuação, decorrente do seguinte fato gerador:

*"Área de Pastagem informada não comprovada*

*Descrição dos Fatos:*

*Após regularmente intimado, o sujeito passivo não comprovou a área efetivamente utilizada para pastagens declarada. O Documento de Informação e Apuração do ITR (DIAT) foi alterado e os seus valores encontram-se no Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido, em folha anexa.*

*(...)*

*Valor da Terra Nua declarado não comprovado*

*Descrição dos Fatos:*

*Após regularmente intimado, o sujeito passivo não comprovou por meio de Laudo de Avaliação do imóvel, conforme estabelecido na NBR 14.653-3 da ABNT, o valor da terra nua declarado.*

*No Documento de Informação e Apuração do ITR (DIAT), o campo valor da terra nua por ha (VTN/ha) foi arbitrado considerando o valor obtido no Sistema de Preços de Terra (SIPT), e o valor total da terra nua foi calculado multiplicando-se esse VTN/ha arbitrado pela área total do imóvel.*

*O Sistema de Preços de Terra (SIPT) da RFB, instituído através da Portaria SRF nº 447, de 28/03/02, é alimentado com os valores recebidos das Secretarias Estaduais ou Municipais de Agricultura ou entidades correlatas, sendo que esses valores são informados para cada município/UF, de localização do imóvel rural, e exercício (AC da DITR); assim foram obtidos os dados para os respectivos campos: município, UF e exercício.*

*Os valores do DIAT encontram-se no Demonstrativo de Apuração do Imposto Devido, em folha anexa.(...)"*

Constou da Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal a citação da fundamentação legal que amparou o lançamento e as seguintes informações, em suma que: após regularmente intimado, o sujeito passivo não comprovou a área utilizada com pastagem, bem como deixou de comprovar por meio de Laudo de Avaliação, conforme estabelecido na NBR 14.653-3, o valor da Terra Nua declarado, motivo pelo qual as informações do DIAT/2009 não foram aceitas. Sendo que o Valor da Terra Nua declarado foi alterado conforme os valores constantes do Sistema de Preços de Terra – SIPT, mantido pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 10, § 1º, inciso II, alínea “a” e art. 14 da Lei nº 9.393/1996.

Inconformada com a Decisão recorrida, a contribuinte apresentou Recurso Voluntário, às e-fls. 69/75, procurando demonstrar a total improcedência do Auto de Infração, desenvolvendo em síntese as seguintes razões.

Após breve relato das fases processuais, bem como dos fatos que permeiam o lançamento, reitera as razões da impugnação, suscitando a improcedência do lançamento posto que faz jus à isenção do ITR/2009 de acordo com documentação comprobatória.

Foi surpreendida com a Notificação de Lançamento lavrada contra sua pessoa, em função das discrepâncias quanto ao valor do imóvel rural, resultando nas diferenças de imposto a pagar;

Esclarece que não possui qualquer imóvel urbano ou rural em Correntina/BA, e para justificar junta nos autos Certidão do Cartório de Registro de Imóveis do município;

Caso seja a Notificação de Lançamento efetivada em nome da impugnante, por ser inventariante de seu genitor, houve claro e evidente erro de identificação do sujeito passivo, o que induz à nulidade do lançamento, e para justificar seu entendimento cita jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e do Superior Tribunal de Justiça;

Alega que, por exigência do art. 131 do Código Tributário Nacional, o espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até data da abertura da sucessão;

Por fim, requer o conhecimento e provimento do seu recurso, para desconsiderar a Notificação de Lançamento, tornando-a sem efeito e, no mérito, a sua absoluta improcedência.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Rayd Santana Ferreira - Relator

Presente o pressuposto de admissibilidade, por ser tempestivo, conheço do recurso e passo ao exame das alegações recursais.

Consta da Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal a citação da fundamentação legal que amparou o lançamento e as seguintes informações, em suma que: após regularmente intimado, o sujeito passivo não comprovou a área utilizada com pastagem, bem como deixou de comprovar por meio de Laudo de Avaliação, conforme estabelecido na NBR 14.653-3, o valor da Terra Nua declarado, motivo pelo qual as informações do DIAT/2009 não foram aceitas. Sendo que o Valor da Terra Nua declarado foi alterado conforme os valores constantes do Sistema de Preços de Terra – SIPT, mantido pela Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 10, § 1º, inciso II, alínea “a” e art. 14 da Lei nº 9.393/1996.

Por sua vez, a autuada aduz ter sido surpreendida com a Notificação de Lançamento lavrada contra sua pessoa, em função das discrepâncias quanto ao valor do imóvel rural, resultando nas diferenças de imposto a pagar.

Esclarece que não possui qualquer imóvel urbano ou rural em Correntina/BA, e para justificar junta nos autos Certidão do Cartório de Registro de Imóveis do município.

Caso seja a Notificação de Lançamento efetivada em nome da impugnante, por ser inventariante de seu genitor, houve claro e evidente erro de identificação do sujeito passivo, o que induz à nulidade do lançamento, e para justificar seu entendimento cita jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e do Superior Tribunal de Justiça.

Alega que, por exigência do art. 131 do Código Tributário Nacional, o espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de *cujus* até data da abertura da sucessão.

Não obstante as substanciosas razões de fato e de direito ofertadas pelas autoridades lançadora e julgadora de primeira instância, a pretensão da recorrente merece acolhimento, como passaremos a demonstrar.

Ocorre que o lançamento fora efetuado em face da Sra. Silvana Almeida da Silva (Notificação de e-fls. 03/06), no entanto, todas as intimações fiscais foram endereçadas ao Sr. Mario Clemente da Silva (Termos, AR's e Edital de e-fls 17/34).

Constata-se pela DITR/2009 a evidente existência do inventário em nome do Contribuinte, tendo como inventariante a Recorrente, ou seja, a autoridade fiscal tinha conhecimento desde o início do procedimento, devendo ter encaminhado as intimações a pessoa da inventariante.

Dito isto, resta inequívoco o erro da autoridade fiscal, claramente afrontando os princípios da ampla defesa e do contraditório, além de ocasionar o cerceamento do direito de defesa, haja vista a a dicção expressa do Código Tributário Nacional quanto as pessoas responsáveis, ou seja, legítimas passivas, *in verbis*:

*Art. 131. São pessoalmente responsáveis:*

*I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos; (Redação dada pelo Decreto Lei nº 28, de 1966)*

*II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;*

*III - o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.*

*Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:*

*I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;*

*II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;*

*III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;*

*IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;*

Na data do início do procedimento fiscal, ante a existência do inventário, deveria as intimações terem sido em face dos sucessores, ou em face do inventariante, se verificada a hipótese prevista no *caput* do artigo 134 do Código Tributário Nacional.

Não há como se admitir intimações endereçadas ao falecido, que já havia sido aberto o procedimento sucessório, e os direitos e obrigações do *de cujus* já estavam albergados pelos efeitos da sucessão, sendo os herdeiros quem deveriam responder pelos atos e créditos tributários.

Assim, ante o equívoco pela autoridade fiscal no encaminhamento das intimações, bem como na eleição do sujeito passivo, está fulminado o lançamento por vício material, devendo ser extinto. Eis o artigo 142 do Código Tributário Nacional:

*Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

Por todo o exposto, estando a Notificação de Lançamento, *sub examine*, em dissonância com as normas legais que regulamentam a matéria, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER DO RECURSO VOLUNTÁRIO, e, no mérito, DAR-LHE

**PROVIMENTO, declarando nulo o presente lançamento, por vício de natureza material, pelas razões de fato e de direito acima esposadas.**

É como voto.

(assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira.